

O Estudo da Bacia Hidrográfica do Rio Caeté: Estratégias de Ação de Educação Ambiental em Comunidades Ribeirinhas do Nordeste Paraense

Nelane do Socorro Marques-Silva⁽¹⁾; nelane@ufpa.br; Adryane Gorayeb⁽²⁾; Helen Theyla Costa da Cunha⁽³⁾
Rosivan Pereira da Silva⁽³⁾; Luci Cajueiro Carneiro Pereira^{(1);(1)} Professora da Universidade Federal do Pará – Campus de Bragança; ⁽²⁾ Geógrafa; ⁽³⁾ Graduandos do Curso de Biologia

Introdução

As bacias hidrográficas apresentam-se como unidades fundamentais para o planejamento do uso e conservação ambiental e mostram-se extremamente vulneráveis as atividades antrópicas. De modo geral, as bacias hidrográficas do estado do Pará têm sofrido grande perda da biodiversidade, relacionada à sobre-exploração dos recursos naturais. O Pará possui sete regiões hidrográficas, dentre as quais pode-se destacar a “Costa Atlântica-Nordeste”, local onde está inserida a Bacia dos Rios do Atlântico, com área aproximada de 122.000km² (Pará, 2004). A bacia hidrográfica do rio Caeté, inserida na Bacia dos Rios do Atlântico, possui uma área de 2.000km² e extensão do rio principal de cerca de 100km, das nascentes (município de Bonito) à foz (municípios de Bragança e Augusto Corrêa). Esta bacia drena parte do território de sete municípios (Bonito, Santa Luzia do Pará, Ourém, Capanema, Tracuateua, Bragança e Augusto Corrêa), com uma população total estimada em 260.561 habitantes (IBGE, 2003). A utilização do conceito de bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gerenciamento ambiental já vem sendo bastante difundido e tem sido empregado com sucesso em diversas instituições e grupos de pesquisa renomados, pois essa unidade ambiental possibilita uma visão sistêmica e integrada dos processos naturais, mostrando-se como uma unidade operacional prática para a execução de projetos de caráter extensionista. O Grupo de Atividades Integradas Ambientais (GAIA) aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Pará (UFPA) em abril de 2005, promove ações comunitárias desenvolvidas por docentes e discentes do *Campus* Universitário de Bragança da UFPA, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bragança, mostrando-se como uma oportunidade para que a sociedade do nordeste paraense conheça a produção científica da Universidade, despertando possíveis vocações para futuras formações profissionais na área ambiental.

Objetivo

Analisar as condições sócioambientais da bacia hidrográfica do rio Caeté, com enfoque metodológico participativo, e promover ações de educação ambiental de caráter multidisciplinar, destinadas a estabelecer um modelo de gestão que contribua na recuperação e na preservação do meio ambiente e melhore a qualidade de vida das comunidades ribeirinhas.

Material e Métodos

Inicialmente, foram realizadas reuniões com os integrantes do GAIA, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bragança, representantes da Pastoral da Criança e de associações comunitárias, com o intuito de determinar as comunidades assistidas pelo projeto e as necessidades reais de cada localidade. A segunda etapa consistiu na subdivisão do grupo maior em diversos grupos de trabalho, estabelecidos de acordo com as temáticas desenvolvidas: educação ambiental, planejamento familiar e segurança alimentar. Em seguida, foram planejadas cada ação educativa (curso, mini-curso, oficina e palestra) com suas respectivas práticas pedagógicas e realizado levantamento bibliográfico, adequando-se os conteúdos à realidade local. A terceira etapa constituiu na realização de um *workshop* para os integrantes do grupo, onde se democratizou o conhecimento de cada área temática. Por fim, foram agendadas as visitas às escolas e às comunidades ribeirinhas selecionadas, iniciando-se assim as atividades do projeto.

Resultados e Discussão

Em trabalhos preliminares foram identificadas 19 comunidades ribeirinhas ao longo de todo o Caeté, sendo que 1 no alto curso, 4 no médio e 14 no baixo curso do rio. Em todas as comunidades o saneamento básico é inexistente e as suas principais atividades econômicas estão relacionadas à agricultura familiar (culturas de subsistência e frutíferas) e ao extrativismo vegetal (açai, cupuaçu, bacuri, buriti, lenha e carvão), no alto e médio curso; e a pesca artesanal (peixes, crustáceos e moluscos), no baixo curso. Como principais problemas ambientais foram identificados o desmatamento, a prática ilegal da mineração e a poluição hídrica, provinda das sedes municipais (Santa Luzia do Pará e Bragança) inseridas no sistema de drenagem da bacia e de setores da zona rural, através da utilização inadequada de agroquímicos. Além de causar problemas ao meio natural, essas questões também acarretam prejuízos diretos às comunidades ribeirinhas e às populações urbanas, através do consumo de água de baixa qualidade e da disseminação de doenças de

veiculação hídrica. O projeto desenvolve atividades como realização de cursos, de mini-cursos, de oficinas e de palestras nas comunidades do Arimbu (município de Bragança) e na sede do município de Santa Luzia do Pará, sendo assistidas populações tradicionais e alunos do Ensino Fundamental e Médio. Até o momento foram realizadas as seguintes atividades: 1) Mini-curso de Educação Ambiental Planejamento Familiar no Arimbu, totalizando 20 horas/aula e 60 participantes. Temáticas abordadas: diagnóstico ambiental da comunidade, práticas conservacionistas dos recursos naturais, manejo adequado dos solos e história da agricultura; sexualidade e métodos contraceptivos. 2) Curso de Educação Ambiental no Meio Rural, com carga horária de 20 horas/aula e 60 participantes (professores do Ensino Fundamental e Médio da rede pública municipal). Temáticas abordadas: conceitos ambientais, manejo conservacionista dos recursos naturais, práticas pedagógicas de educação ambiental, oficina de reciclagem de papel, legislação ambiental, higiene e saneamento básico. 3) Ciclo de Palestras em Santa Luzia do Pará, com carga horária total de 16 horas e 300 participantes (alunos do Ensino Fundamental e Médio da rede pública municipal). Temáticas abordadas: conceito de educação ambiental, doenças sexualmente transmissíveis (DST's) e métodos contraceptivos, e oficina de reciclagem de papel.

Conclusão

Desse modo, o GAIA revela-se como um espaço aberto a discussões e atividades sobre temáticas atuantes, integrando a Universidade aos outros segmentos da Sociedade, contribuindo para atitudes concretas de mudança de comportamento, elevando-se assim a percepção de preservação ambiental.

Referências Bibliográficas

IBGE. Cidades @: 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?0>>. Acesso em: 20 set 2004.

PARÁ. SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE. Macrozoneamento ecológico-econômico do estado do Pará/2004: proposta para discussão. Belém, 2004.